

# FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RIO-ÁGUAS

## ATA SUMÁRIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO EXERCÍCIO DE 2018

**1- DATA, HORA E LOCAL:** Em 30 de outubro de 2018, às 10 horas, no Auditório da Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro – Rio-Águas, situada na Rua Voluntários da Pátria nº 169 11º andar – Botafogo – Rio de Janeiro.

### **2- MEMBROS PRESENTES:**

Roberto Nascimento da Silva, membro titular, Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente - SECONSERMA.

Georgiane Costa, membro titular, Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro – RIO-ÁGUAS.

Luis Roberto Vilhena do Pilar Cobra, membro titular, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação - SMIH.

Patrícia Félix Tassara, membro suplente, Procuradoria Geral do Município - PGM.

Silvania Maria Parente Soares, membro titular, Instituto Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON CARIOCA.

Cíntia Pitz Pimenta Pinheiro, membro titular, Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA.

Nelson Rodrigues dos Reis Filho, membro suplente, Comitê Bacia do Rio Guandu.

José Paulo Soares de Azevedo, membro titular, Rejany Ferreira dos Santos, membro suplente, Comitê Bacia da Baía da Guanabara.

Abilio Valério Tozini, membro titular, Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro – FAM RIO

### **3- EQUIPE DA FUNDAÇÃO RIO-ÁGUAS PRESENTES:**

Claudio Dutra, Presidente; Tatiana Mattos, Diretora de Saneamento, Paulo Fonseca e Álvaro Alfredo, Gerentes da Diretoria de Saneamento, Milena Oliveira, Marcos Serpa, Elvira Lima, Alan Nobrega, Gisele Sant´anna , Nicholas Riberio, demais integrantes da Diretoria de Saneamento  
Ana Paula Neves, responsável pela Secretaria Executiva do Conselho.

### **4- CONVIDADOS PRESENTES:**

Ana Carolina Kimus e Laura Schiegen da F.AB. Zona Oeste SA e Sergio Sá do PROCON Carioca.

**5- PAUTA:** (A) Apresentação dos Membros do Conselho, demais participantes e Assinatura do Termo de Posse; (B) Apresentação do Relatório de Atividades de 2017; (C) Eleição do Presidente e (D) Assuntos Gerais.

**6- DELIBERAÇÕES:** Inicialmente, foram dadas as boas vindas aos presentes e depois de conferido o quórum, declarou-se aberta a primeira Reunião Ordinária, conforme o estabelecido pelo Decreto nº 44670 de 25/06/2018 e regulamentado pela Portaria PRE Nº 001 de 04/10/2017, para instalação, posse de seus membros e demais pontos da pauta:

**A) Apresentação dos Membros do Conselho, demais participantes e Assinatura do Termo de Posse:**

Inicialmente a Assessora Ana Paula, responsável pela Secretaria Executiva, apresentou a Pauta, lembrou as competências do Conselho e compartilhou com o grupo as dificuldades para sua nomeação. Esclareceu também que devido a não entrega da documentação exigida, os representantes indicados pela CEDAE e ABES, ainda não foram nomeados.

Em seguida foram efetuadas as apresentações dos membros e participantes da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo e os respectivos membros assinaram o Termo de Posse, fato que oficializou a instalação do mesmo.

**B) Apresentação do Relatório de Atividades de Regulação e Fiscalização de 2017:**

O Sr Paulo Fonseca, Gerente da Diretoria de Saneamento apresentou os itens do Relatório de Atividades de Regulação e Fiscalização de 2017, disponível no *site* da Fundação. Abaixo constam registradas as questões levantadas e esclarecidas, ao longo da exposição:

1. Relevância da participação dos Comitês:

O Sr Nelson Reis, representante do Comitê Bacia do Rio Guandu reforçou a importância na disponibilização das informações e acesso aos contratos para os Comitês, e ressaltou que ao longo dos trabalhos dos Comitês a questão do saneamento foi menos trabalhada.

2. Satisfação do Usuário:

O Sr Abílio Tozini, representante da FAM-RIO, argumentou se a Reguladora tem registro de como a população está percebendo o serviço prestado pela Concessionária.

A Sr Tatiana Mattos, Diretora de saneamento, esclareceu que o contrato prevê dois indicadores de serviço relacionados à desobstrução de rede e de ramal, ambos acompanhados pela Reguladora, e nos quais a Concessionária se encontra acima dos níveis exigidos. Para efeito de reclamações, esclareceu ainda que o usuário conta com a Ouvidoria da Concessionária e o Sistema 1746, da Prefeitura, no qual as demandas são redirecionadas para a Concessionária, além da Ouvidoria da própria Reguladora, na qual

o usuário pode solicitar providência quanto ao não atendimento da Concessionária. Segundo a Sra. Tatiana, não há histórico de muitas reclamações.

A Sra. Silvania Maria Parente Soares, representante do PROCON Carioca, ressaltou que os usuários da Cidade do Rio de Janeiro, também contam o PROCON Carioca que atua na defesa do consumidor.

A Sra. Tatiana acrescentou que na Regulação e Fiscalização ainda são acompanhados outros indicadores, previstos em Contrato, relacionados à Satisfação do Usuário no atendimento efetuado nas lojas da Concessionária e via telefone, cujo índice também está acima do estabelecido.

O Sr Abílio Tozzini declarou que os esclarecimentos foram satisfatórios.

### 3. Cobrança / Inadimplência:

Foram solicitados esclarecimentos quanto à cobrança dos serviços de abastecimento de água, prestado pela CEDAE e esgotamento sanitário, prestado pela Concessionária. Com relação à receita referente à prestação do serviço de esgotamento sanitário, foram esclarecidas, pela Sra. Tatiana e sua equipe, algumas questões relacionadas à inadimplência, que desde a assunção dos serviços pela Concessionária foi reduzida em 10%.

O Sr Abílio solicitou informações a respeito das situações de inadimplência, se existe algum mapeamento por parte da Reguladora. A Sra. Tatiana, Diretora de Saneamento, e a Sra. Patrícia Tassara, Procuradora representante da Procuradoria Geral do Município, afirmaram que o mapeamento das economias, não só comercial como também técnica- econômica e financeira, foi solicitado e está sendo aguardado. As representantes da FAB Zona Oeste presentes citaram ações realizadas pela Concessionária para a regularização, e afirmaram existir muitas situações.

O Sr José Paulo, representante do Comitê de Bacia da Baía de Guanabara solicitou esclarecimentos quanto ao registro de perdas. Foi esclarecido que a perda é controlada pela CEDAE, por se tratar de abastecimento e distribuição de água.

Existe a gestão comercial compartilhada entre CEDAE e a Concessionária, que indica, além dos serviços, que a troca de hidrômetro seja realizada pela Concessionária – Anexo II do Contrato de Interdependência no site da Fundação.

### 4. Reajuste das tarifas:

O Sr José Paulo solicitou esclarecimentos com relação ao reajuste da água. Na AP-5 a tarifa de esgoto é estabelecida através do Contrato, que determina reajustes anuais pelo IPCA-E. Já a água é reajustada pela CEDAE sendo regulada desde 2015 pela AGENERSA. Atualmente a tarifa de esgoto praticada na AP-5 é de 30% , mais barata do que as praticadas no restante do Município.

### 5. Sistema Citadon:

O Sr Paulo Fonseca, gerente da Diretoria de Saneamento apresentou mapas esquemáticos constantes no Relatório de Atividades de 2017, nos quais podem ser verificadas, redes já implantadas e aquelas a serem implantadas. A Dr Patrícia Tassara, Procuradora do Município, sugeriu a elaboração de comparativos esquemáticos com a evolução após a assunção dos serviços concedidos.

## 6. Qualidade da Água:

O Sr José Paulo solicitou informações referentes à qualidade da água, especificamente quanto às condições da Bacia do Sara puí, e o seu enquadramento na Classe 2.

O Sr Claudio Dutra, Presidente da Fundação RIO-ÁGUAS esclareceu que hoje quem faz o controle de qualidade da água é o INEA. Esclareceu também que são colhidas amostras nas ETES operadas pela Concessionária.

O Sr José Paulo perguntou se as amostras retiradas das ETES constam do site do INEA, e sugeriu a publicação no site da Fundação.

O Sr Claudio Dutra, esclareceu que hoje a Concessionária não tem a responsabilidade quanto à interligação e quem efetua é o usuário, mas que o Aditivo ao Contrato em andamento prevê que a Concessionária realize a interligação desde que não seja necessário entrar na unidade. Nos casos em que houver a necessidade de qualquer serviço no interior da unidade o usuário será notificado e se não efetuado o caso será encaminhado para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Conservação.

O Sr José Paulo, representante do Comitê da Bacia da Baía da Guanabara, argumentou que deve ser verificado o cumprimento da Lei, o enquadramento existe e quem presta o serviço tem que estar enquadrado. Apontou ainda que no Conselho Consultivo existe a oportunidade de dialogar com os Comitês e Conselho de Recursos Hídricos, sem o Saneamento não será possível despoluir a Baía da Guanabara.

## 7. Áreas Favelizadas:

A Sr Rejany, também representante do Comitê da Bacia da Baía da Guanabara, levantou a questão das áreas favelizadas sem atendimento, argumentando se haveria alguma proposta ou solução, e deu o exemplo do Canal do Cunha que vem recebendo todo esgoto.

A Diretora Tatiana Mattos e a Procuradora do Município Patrícia Tassara esclareceram as questões legais referentes à operação do serviço nas respectivas áreas, atribuída à Secretaria Municipal de Habitação em 2007 e a alteração efetuada no Termo Aditivo de 2011, no qual as áreas pacificadas, com UPP, passaram para a CEDAE. Este instrumento jurídico está sendo revisado atualmente.

As Sras. Ana Carolina e Laura, da Concessionária acrescentaram que a FAB Zona Oeste SA tem entrado em áreas favelizadas e que através da Ata de Conciliação, assinada em 30 de maio ficou acordado que a Concessionária vai passar a operar 150 unidades de Estações de Tratamento de Esgoto de empreendimentos do Minha Casa Minha Vida.

**C) Eleição do Presidente do Conselho:** Por deliberação dos membros foi eleita Presidente a Sra. Georgiane Costa, representante da Fundação RIO-ÁGUAS.

## **D) ASSUNTOS GERAIS:**

### 1. Audiência Pública:

Na Audiência de 20 de setembro, convocada pelo Ministério Público do Estado, a Fundação apresentou “Estudo de Operação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Bacia de Jacarepaguá” e também outros órgãos municipais e estaduais fizeram

apresentações, assim como a COPPE e os representantes locais tiveram a oportunidade de se manifestar.

Na Audiência de 02 de outubro, referente aos planos municipais de saneamento e recuperação da qualidade ambiental dos recursos hídricos em todo o território da Bacia Hidrográfica da AP4 por meio de concessão do serviço e sistema público de esgotamento sanitário, a CEDAE levantou questões de cunho jurídico alegando um conflito em relação ao Termo de Reconhecimento Recíproco, firmados em 2007 entre o Estado e o Município do Rio de Janeiro, no qual o esgotamento sanitário na AP-5 passou para o Município e nas demais áreas permaneceram com a CEDAE. Na ocasião a Fundação RIO-ÁGUAS, em função dos questionamentos da CEDAE, não teve a oportunidade de efetuar sua apresentação. Esclareceu-se que a PGM vem trabalhando na argumentação jurídica para validar a concessão do serviço na AP-4, mas que em paralelo a questão técnica vem sendo trabalhada desde 2015.

O Presidente da Fundação, Claudio Dutra, resumidamente fez um relato de com a Regulação vem acontecendo, os resultados atingidos e comunicou que já está aberto prazo de Consulta Pública, para que eventuais interessados na participação do Projeto de Esgotamento Sanitário da Área da Bacia Hidrográfica de Jacarepaguá na Cidade do Rio de Janeiro retirem material de análise e convidou a todos para nova AUDIÊNCIA PÚBLICA, a ser realizada no dia 06 de novembro para prestar esclarecimentos de possíveis dúvidas.

2. O Sr Nelson, representante do Comitê da Bacia do Guandu, convidou a Fundação para compor o Comitê, defendendo a relevância desta participação.

3. Ficou acordado que o Relatório de Atividades da Regulação e Fiscalização 2017 será encaminhado via e-mail aos membros do Conselho, apesar de estra disponibilizado no *site* da Fundação.

Sem mais para tratar, deu-se por encerrada a reunião.